



A Importância da Agricultura Familiar no Agreste Pernambucano

Mayara Giselle dos Santos Silva (Graduada em Economia NG/CAA/UFPE)¹

Monaliza de Oliveira Ferreira (Doutora em Economia. Professora o PPGECON e NG/CAA/UFPE)²

Entende-se por crescimento agrícola bifronte a distância existente entre as pequenas e grandes propriedades rurais, o que leva a crescimentos agrários distintos (Buainain et al, 2013). Quando se questiona por que o país, que é um dos grandes players mundiais de produtos agrícolas, também é responsável por tanta fome, cabe considerar que o agronegócio brasileiro, de sucesso, e responsável pelas exportações do setor, representa poucos estabelecimentos rurais do País, uma vez que segundo o último Censo Agropecuário do IBGE (Censo Agropecuário 2017), 77% dos estabelecimentos rurais no Brasil são propriedades classificadas como da agricultura familiar, ainda que correspondam a apenas 23% da área de todos os estabelecimentos rurais brasileiros.

Por agricultura familiar entenda-se o grupo formado por pequenos proprietários de terra, que trabalha geralmente com tecnologia trabalho-intensiva, composta por membros familiares, produzindo tanto para o autoconsumo quanto para a comercialização, caracterizados por grandes diversidades econômicas e sociais (Schneider e Cassol, 2017).

Os fatores de sucesso do agronegócio brasileiro consideram tecnologia, clima tropical, investimentos em pesquisa e recursos naturais abundantes, o que se reflete em crescimento e aumento de produtividade. De outro lado, nas propriedades menores, a ausência desses fatores empata a produção, que no máximo atende a subsistência e o mercado local. Além disso, há ainda diferentes realidades de desenvolvimentos regionais, incluindo as diversas estruturas tributárias, que junto com as diferenças nos tamanhos das propriedades, resultam em diferentes escalas de produção.

Na maior parte do espaço rural brasileiro, todavia, verificam-se relações precarizadas de trabalho e em substancial parte do Nordeste incidem as estiagens, comuns em todo o Semiárido brasileiro. Dito isto, surge o questionamento sobre o que fazer com a agricultura

¹mayara.giselle@ufpe.br

²monaliza.ferreira@ufpe.br

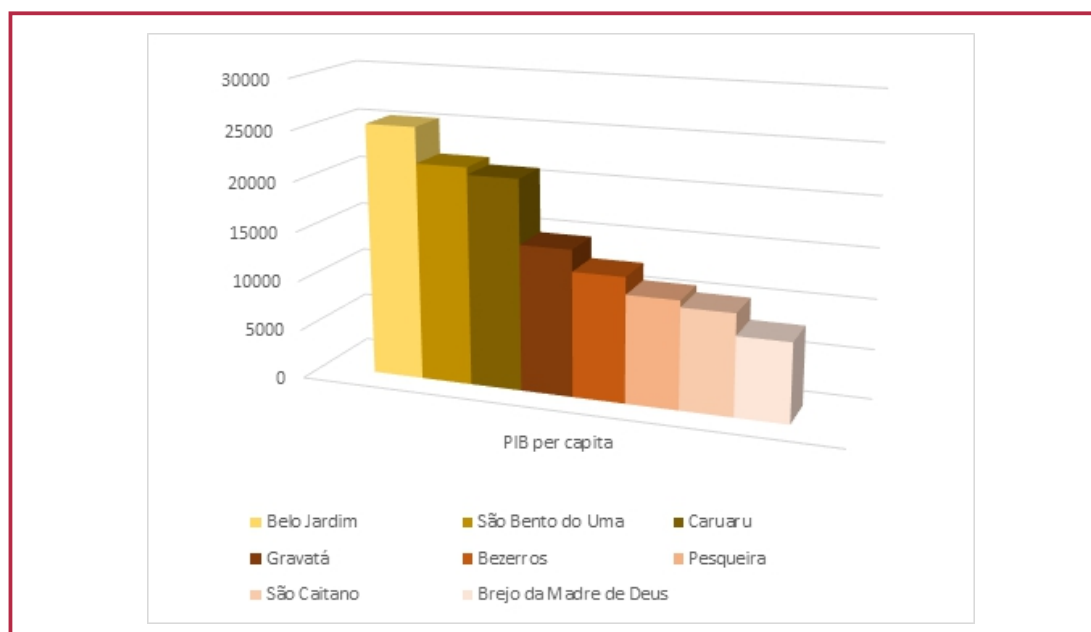
familiar que não tem escala comercial.

Observando-se o Censo Agropecuário 2017, verifica-se que 18% dos estabelecimentos da agricultura familiar encontram-se no Nordeste brasileiro, enquanto no Sul encontram-se 23,12%. Todavia, nesta última Região, as unidades familiares agrícolas encontram-se mais inseridas na dinâmica comercial do setor, muito em virtude de maior intensidade de capital e organização dos produtores rurais.

A Mesorregião do Agreste Pernambucano é constituída de seis microrregiões, Médio Capibaribe, Alto Capibaribe, Vale do Ipojuca, Vale do Ipanema, Brejo Pernambucano e Garanhuns. Neste artigo, procura-se analisar a importância da agricultura familiar nessa Região. Mas em termos econômicos, os destaques são para as microrregiões do Vale do Ipojuca, Garanhuns e Alto Capibaribe.

Na Microrregião do Vale do Ipojuca, o PIB per capita que se destaca é o de Belo Jardim, em torno de R\$25.346,00, em razão das exportações de baterias e bens similares, sendo também destaques os municípios de São Bento do Una e Caruaru (Gráfico 1). Esta é a Microrregião de maior atividade econômica do Agreste.

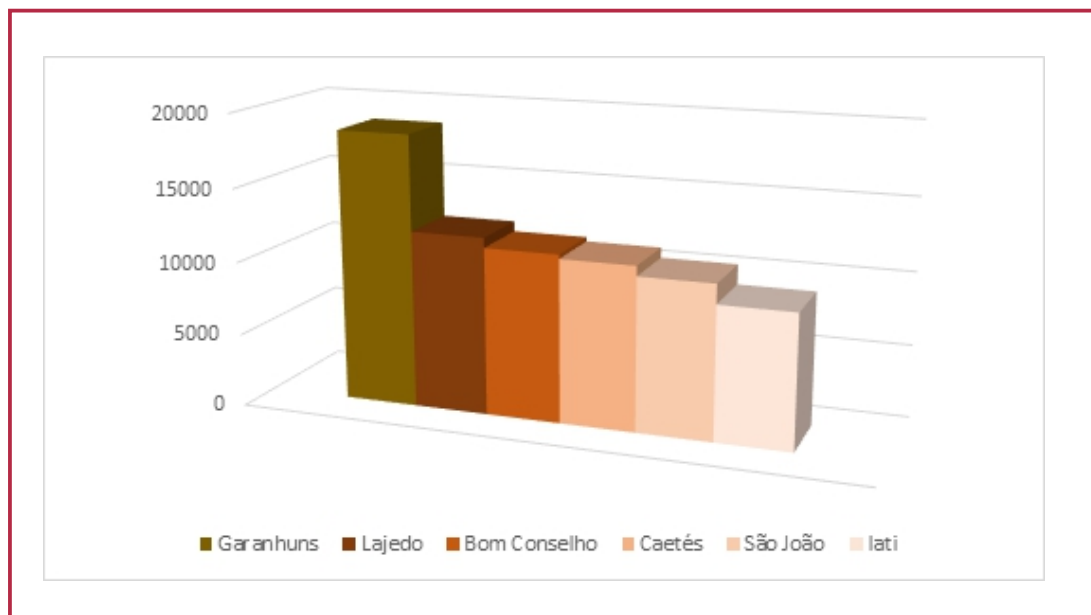
Gráfico 1
PIB per capita dos principais municípios da
Microrregião do Vale do Ipojuca (2019)



Fonte: IBGE Cidades (2022).

Na Microrregião Garanhuns, com grande vocação agropecuária, o maior PIB per capita é do município de mesmo nome (R\$18.623,00), seguido dos municípios de Lajedo, Bom Conselho e Caetés (Gráfico 2).

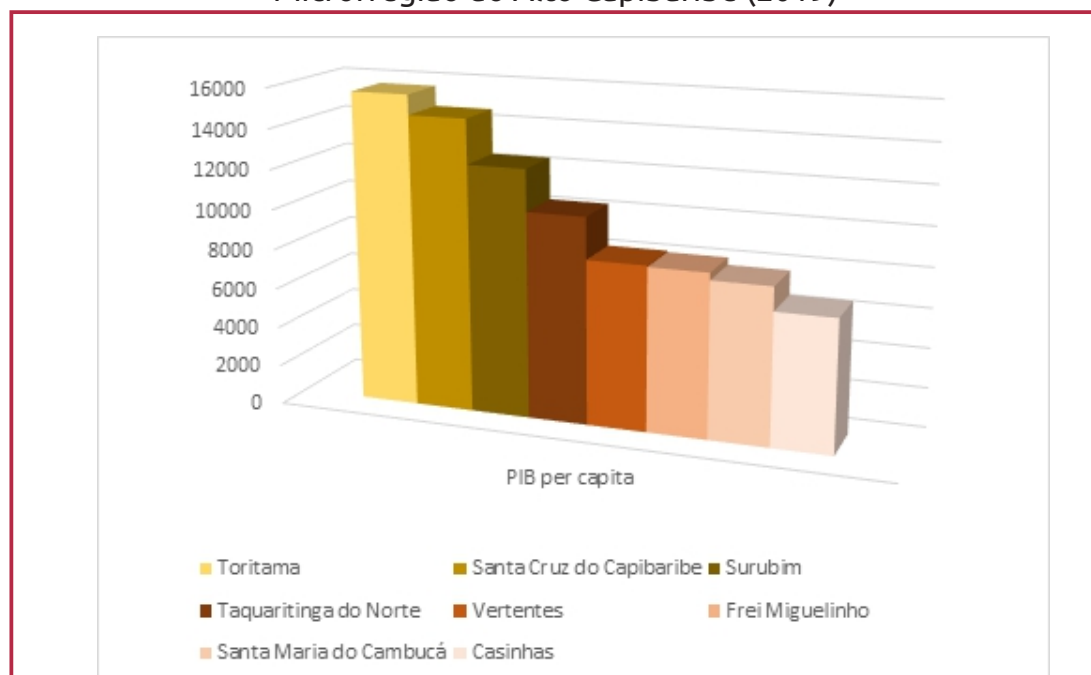
Gráfico 2
PIB per capita dos principais municípios da
Microrregião de Garanhuns (2019)



Fonte: IBGE Cidades (2022).

Na Microrregião do Alto Capibaribe, o maior PIB per capita refere-se ao do Município de Toritama, com PIB per capita de R\$15.681,00, seguidos dos municípios de Santa Cruz do Capibaribe, Surubim e Taquaritinga do Norte (Gráfico 3).

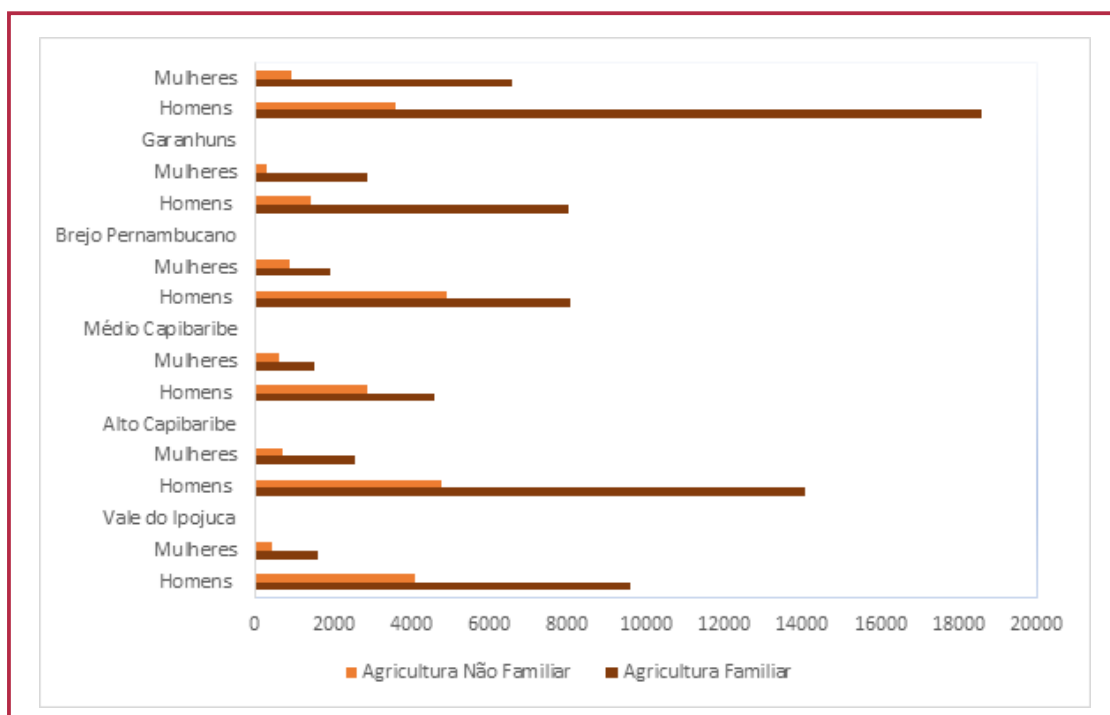
Gráfico 3
PIB per capita dos principais municípios da
Microrregião do Alto Capibaribe (2019)



Fonte: IBGE Cidades (2022).

Observando o Censo Agropecuário 2017, verifica-se que a Microrregião de Garanhuns é a que concentra o maior número de estabelecimentos rurais. E em todas as microrregiões o número de estabelecimentos da agricultura familiar é bem superior aos estabelecimentos da agricultura não-familiar. Outra questão que merece ser considerada é a questão de gênero, uma vez que em todas as microrregiões é notória a prevalência dos homens como proprietários desses estabelecimentos (Gráfico 4).

Gráfico 4
Estabelecimentos Rurais no Agreste Pernambucano (2017)



Fonte: IBGE/Censo Agropecuário 2017 (2022).

Modernamente, a agricultura pode se prestar ao papel de formação de capital através do agronegócio (agricultura não familiar), pode ser voltada para o turismo sustentável ou se voltar apenas para a subsistência. No Agreste de vocação têxtil, a agricultura parece ser do tipo de subsistência e tem relevante papel no fornecimento de produtos culturalmente importantes na composição da alimentação da Região.

De acordo com a Produção Agrícola Municipal (IBGE/PAM, 2020), os produtos agrícolas de maior destaque no Agreste Pernambucano são feijão e mandioca. A maior produção é de mandioca, mas o maior valor da produção é do feijão. Em termos de produtividade (Kg/ha), destacam-se a mandioca e a laranja. Esses produtos abastecem os supermercados da Região, mas nem por isso deixam de ser oriundos de uma 'agricultura de subsistência', em virtude da escala reduzida.

Um outro questionamento importante para o desenvolvimento da agricultura familiar no Brasil refere-se à participação do setor público na economia. Afinal, a sustentabilidade desses estabelecimentos rurais dependeria do Estado ou da iniciativa privada? Entendendo o setor agrícola como propulsor do desenvolvimento econômico local e considerando que a



atividade apresenta diversos riscos (de produção, político-institucional, financeiro e tecnológico), cabe esperar que o Estado cumpra sua função, auxiliando no papel de alocador de recursos no setor, o que tem sido feito de certa forma através das linhas de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Todavia, considerando os riscos elencados, não raras vezes os beneficiários se endividam com o Programa, necessitando de sucessivas negociações ou tornando-se inadimplentes, tal como colocado por Guanziroli (2007).

O PRONAF foi criado em 1996, justamente para propiciar crédito rural a agricultores familiares do Brasil, com taxas de juros subsidiadas. É importante ressaltar, todavia, que existe muita heterogeneidade entre o grupo de agricultores familiares. Existem os modernizados, mais para o Sul do País, que estão integrados a mercados com maior nível de renda; enquanto os de subsistência, sem técnicas de produção mais modernas e muitas vezes em condição de pobreza, estão mais no Nordeste (Baccarin e Oliveira, 2021).

Considerando dados de 1999 a 2019, Baccarin e Oliveira (2021:114) avaliaram a distribuição geográfica do PRONAF entre as regiões geográficas do Brasil, concluindo que:

...entre 2003 e 2006, as intenções distributivistas dos recursos em favor de agricultores mais pobres mostrou forte efetividade, com aumento de participação dos agricultores do Nordeste, associado a mudanças institucionais, como a criação do Pronaf Semiárido. Contudo, a partir de 2007, outras modificações, como elevação da renda máxima para enquadramento e limites de crédito de custeio e investimento, beneficiaram agricultores familiares mais ricos, de forma que os recursos voltassem a se concentrar. Em relação a 2001, constatava-se melhor distribuição, em 2019, dos recursos do Pronaf entre as regiões brasileiras, ainda que a redistribuição mais drástica, de 2003 e 2006, não se mantivesse.

Sobressai-se na discussão os interesses conflitantes dos grupos e classes sociais que perfazem o recorte da sociedade brasileira, seja ela urbana ou rural. Esses interesses, como bem colocam Delgado e Bergamasco (2017), expressam concepções distintas de desenvolvimento rural. De um lado, o projeto de modernização conservadora da agricultura, que apesar de hegemônico e de resultados (grifo meu), centrado no agronegócio e na grande propriedade, exclui a maior parte do espaço rural brasileiro e as famílias que dependem desse setor; de outro, o reconhecimento de outras formas de vida no campo, com foco no desenvolvimento da agricultura familiar, com todas suas diversidades e particularidades. Ambos necessitam da intervenção e dos investimentos do setor público, todavia, a mesma política não pode servir às duas situações, de forma que há de se rever o PRONAF, especificamente quanto às dificuldades encontradas pelos beneficiários mais vulneráveis. Contudo, insta ressaltar, é consenso na literatura de que este Programa melhorou a qualidade de vida desses agricultores.



Referências

Baccarin, J.G.; Oliveira, J.A. Uma avaliação da distribuição do PRONAF entre as regiões geográficas do Brasil. *Revista Grifos*, 30(51): 114-127, 2021, ISSN: 2175-0157.

Buainain, A.M.; Alves, E.; Silveira, J.M.; Navarro, Z. Sete teses sobre o mundo rural brasileiro. *Revista de Política Agrícola*, 22(2):105-121, 2013.

Delgado, G.C.; Bergamasco, S.M.P.P (orgs). **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Secretaria da Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário, Brasília, 2017.

Guanziroli, C.E. PRONAF dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 45(2): 302-328, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-20032007000200004>.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)/Censo Agropecuário 2017. Disponível em <https://censoagro2017.ibge.gov.br/>. Acesso em 10/08/2022.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)/Cidades. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em 11/08/2022.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)/Produção Agrícola Municipal (PAM) 2020. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9117-producao-agricola-municipal-culturas-temporarias-e-permanentes.html?=&t=destaques>. Acesso em 10/08/2022.

Schneider, S.; Cassol, A. Diversidade e heterogeneidade da agricultura familiar no Brasil e implicações para políticas públicas. In: Delgado, G.C.; Bergamasco, S.M.P.P (orgs). **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Secretaria da Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário, Brasília, 2017.



Produção Animal no Agreste Pernambucano no Período de 2009-2020: Desafios da Pandemia e Retorno da Inflação

Rafael Gomes Gonçalves (Graduando em Economia no CAA/UFPE)¹
Marcio Miceli Maciel de Sousa (Professor de Economia da UFPE-CAA)²
Cynthia Xavier de Carvalho (Professora de Economia da UFPE-CAA)³

A importância da pecuária no Agreste Pernambucano é incontestável. Tendo início ainda no período colonial, quando funcionava complementar à economia açucareira, esta atividade foi responsável pela interiorização do estado, com substancial participação na geração de emprego e renda para a produção familiar, em um passado distante, recente e, ainda, nos dias atuais.

A dinâmica assumida por esta atividade econômica nesta Mesorregião se configura, ao longo do tempo, por momentos de capitalização e descapitalização, ou seja, de comportamento instável, seja pela desorganização da cadeia de produção e comercialização, ou pela grande influência da questão climática. Esta temática contempla inúmeros desafios e, literaturas recentes, demonstram novos caminhos a partir do desenvolvimento e incorporação de técnicas de convivência com a seca, as quais muitas vezes encontram-se em um conjunto de tecnologias alternativas de valor acessível.

Nos anos de estiagem, a desestruturação da cadeia de produção se intensifica e uma grande parte dos produtores diante da incapacidade de alimentar o seu rebanho, optam por reduzi-lo colocando para o abate até mesmo os animais mais velhos, inclusive matrizes, que em condições normais seriam utilizadas na ampliação do plantel (Sousa, 2016:178).

¹rafael.gsilva2@ufpe.br.

²marcio.miceli@ufpe.br

³cynthia.carvalho@ufpe.br



Neste sentido, a recente e intensa seca que castigou a região (2009-2016) impôs grandes desafios aos produtores, alimentando intensas expectativas nos anos seguintes de uma possível recuperação. Todavia, a chegada da pandemia da Covid-19 e o retorno da inflação frustraram estas intenções, demandando soluções para a superação destes obstáculos.

O aprofundamento da Pandemia da Covid-19 trouxe o fechamento das escolas, limitando assim, as compras do mercado institucional com o PNAE. Esse fato também limitou a participação em importantes feiras de animais como as dos municípios de Caruaru e Cachoeirinha, no tocante aos animais de corte, e a de Capoeiras, local de destaque na comercialização de animais voltados à bovinocultura de leite. A momentânea interrupção deste antigo, conhecido e importante canal de comercialização, qual seja, a feira, deixou os produtores ainda mais dependentes dos atravessadores.

No tocante à inflação observou-se um impacto que culminou na elevação do preço dos insumos de forma exponencial como: medicamentos e adubos, volumoso (massa verde) e concentrado (ração, xerém, farelo de soja, farelo de trigo, torta de algodão, entre outros). Destaca-se, ainda, a elevação nos custos de materiais como tijolo, cimento, areia, brita, madeira e arame farpado, muito utilizado no beneficiamento e manutenção das propriedades.

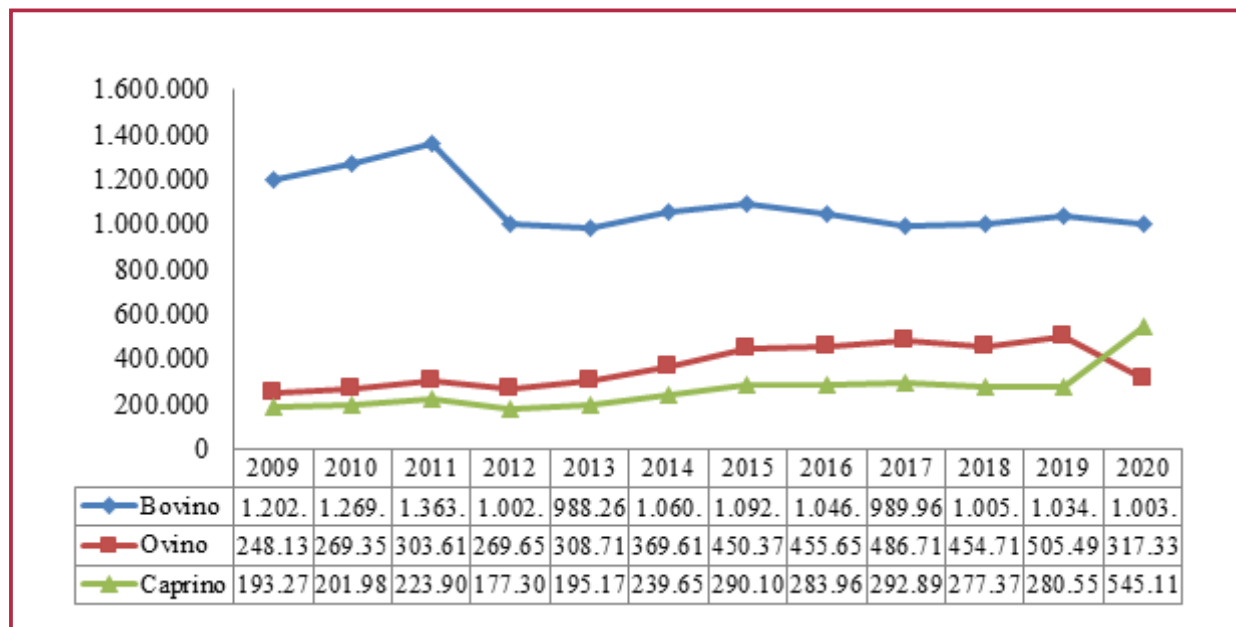
Neste sentido, o boletim se propõe a avaliar em que condições se deu a evolução dos rebanhos bovino, ovino e caprino no Agreste pernambucano no período selecionado, bem como a dinâmica assumida pela produção de leite. Para tanto, observou-se a evolução no número de vacas ordenhadas e as repercussões dos choques promovidos pela pandemia da Covid-19, como também a evolução do processo inflacionário, de viés de custos e inercial, que vem assolando a economia brasileira, com intensos rebatimentos nas economias regionais.

No Agreste pernambucano os produtores possuem rebanhos com diversas raças, com predominância dos mestiços. No bovino, a utilização de sangue da raça Nelore é muito desejada, enquanto entre os ovinos, nestes últimos anos, vêm sendo realizados acasalamentos de animais da raça Dorper com Santa Inês, em busca de obtenção de um animal de melhor conformação de carcaça. Na atividade caprina, o Boer vem sendo bastante utilizado nos criatórios que desenvolvem genética, como também entre os criadores que se dedicam a produção de carne e cortes especiais (CODEVASF, 2011).

O Gráfico 1 demonstra que a esperada recuperação da atividade pecuária no Agreste Pernambucano não se verifica, em especial, na atividade bovina, a qual não foi capaz de alcançar nem mesmo o patamar dos três primeiros anos de seca (2009-11). No tocante aos ovinos e caprinos também não se constatam significativas alterações, com uma relativa piora do primeiro grupo no ano de início da pandemia (2020).

Gráfico 1

Evolução dos rebanhos bovino, ovino e caprino no Agreste Pernambucano no período de 2009 a 2020

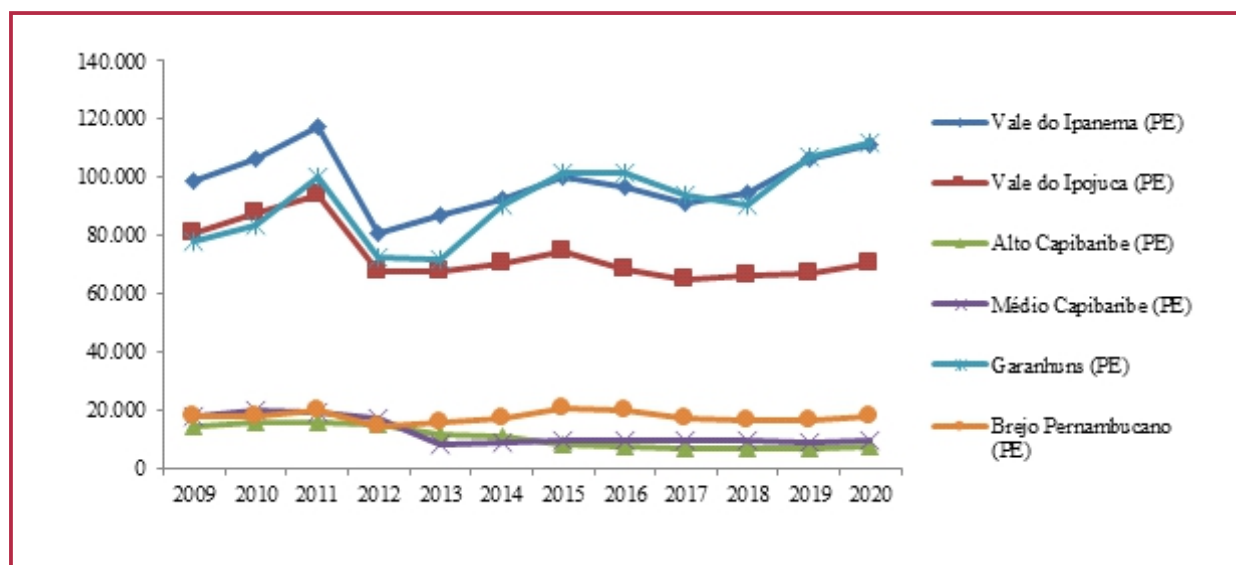


IBGE/Pesquisa da Pecuária Municipal (2009-2020).

No Gráfico 2, a análise por Microrregiões aponta que das três principais bacias leiteiras da Mesorregião, a recuperação fica aquém do esperado no Vale do Ipanema e Vale do Ipojuca, sendo incapaz de alcançar o patamar de 2011 (terceiro ano de seca). O destaque positivo fica para a Microrregião de Garanhuns, a qual não só alcança o protagonismo entre os espaços selecionados, como também consegue, a partir de 2017, apresentar uma tendência de significativa expansão.

Gráfico 2

Evolução no Número de Vacas Ordenhadas no Agreste Pernambucano por Microrregião no período de 2009-2020



IBGE/Pesquisa da Pecuária Municipal (2009-2020).



A elucidação para o fraco desempenho das atividades a partir de 2017, mesmo com a melhoria dos índices pluviométricos ocorre por uma série de políticas públicas que foram sendo desmontadas pelo Estado brasileiro, nestes últimos anos, motivada pela crença de uma agenda neoliberal que acredita que o mercado é capaz de promover a perfeita alocação dos recursos disponíveis, promovendo espontaneamente o desenvolvimento rural.

A elevação nos preços dos insumos relativos à nutrição animal, como os concentrados (ração, xerém, farelo de soja, farelo de trigo, torta de algodão, entre outros), já vinha sendo percebida desde o final de 2018, sendo intensificada pelo choque da Covid-19 e pela depreciação cambial, responsável pelo aumento nas exportações de grãos, culminando assim, na redução da oferta interna e, conseqüente elevação nos preços destes bens no ano de 2020.

A adoção de medidas de isolamento social, fundamentais ao controle da expansão do vírus e responsáveis, junto com o programa de vacinação pela redução no número de mortes, trouxeram efeitos restritivos ao funcionamento dos canais de comercialização pelo fechamento das feiras e escolas, dificultando assim, o escoamento da produção via venda direta ao consumidor final e mercado institucional, para os quais os produtores conseguem um preço melhor que o oferecido pelos atravessadores.

A grave crise econômica na qual o Brasil se encontra atualmente, responsável por colocar novamente o país no mapa da fome com 33 milhões de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza, transmite um pessimismo aos produtores no tocante as expectativas acerca do futuro, não gerando incentivos para que eles queiram expandir os seus rebanhos.

Somado a isso, o bom inverno do ano de 2022, se de um lado trouxe um excesso de chuvas fundamentais para a formação e recuperação de pastagens, de outro lado também gerou perdas significativas nas lavouras de milho e sorgo, cujo custo de produção já era bastante elevado. Esse aumento do custo de produção já vinha ocorrendo por questões referentes ao valor do câmbio e dos sucessivos aumentos de energia, gasolina e óleo diesel. Todos estes fatores aglutinados corroboram para que os preços dos insumos se encontrem, ainda, a patamares maiores que os praticados no período pré-pandemia, demandando do Estado de Pernambuco um planejamento para a recuperação das atividades pecuárias que se desenvolvem no Agreste, de substancial importância para a geração de renda e funcionamento das economias locais.



Referências

CODEVASF. Manual de Criação de Caprinos e Ovinos. Brasília, 2011.

IBGE. Pesquisa da Pecuária Municipal. Rio de Janeiro:2009-2020.

SOUSA, Marcio Miceli Maciel de. **Sistemas de Produção da caprino-ovinocultura no Semiárido Pernambucano: Entraves e Propostas de Desenvolvimento.** (Tese de Doutorado). PPGE-UFF. Niterói, 2016.



Inflação de Custos e o Aumento do Preço do Leite

Ana Lúcia Muniz Gomes (Graduanda em Economia
pelo CAA/UFPE)¹

Ewerton Felipe de Melo Araújo (Doutor em Economia
pelo PIMES/UFPE)²

Wellington Charles Lacerda Nobrega (Doutor em Economia
pelo PPGE/UFPB)³

O Estado de Pernambuco possui uma cultura econômica heterogênea, tendo o cultivo de feijão, mandioca, milho e, ainda, a pecuária de leite e corte dentro de suas atividades principais. Podemos considerar a atividade leiteira como uma cadeia produtiva importante para o estado, destacando o valor nutritivo do bem, a grande participação do leite e seus derivados na produção de produtos essenciais para o consumo humano, além da geração de renda de centenas de produtores de pequeno e médio porte.

A cadeia produtiva do leite possui uma importância relativa no contexto do agronegócio nacional, além de sua importância econômica e social. De acordo com os dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (2022), o país está entre os três maiores produtores de leite do mundo, chegando a uma produção de quase 35 bilhões de litros por ano e mantendo essa atividade em quase todos os municípios do Brasil, empregando assim, milhões de pessoas.

Para Aleixo et al. (2003) a pecuária leiteira desempenha uma importante função na agropecuária do Brasil, pois envolve um grande número de pequenos produtores no processo de produção, gerando um significativo potencial na geração de empregos, trabalho e renda, desde as atividades na produção primária até a industrialização dos produtos, com possibilidade de gerar um fluxo rápido de capital, que é uma característica desse tipo de pecuária.

Dados de 2019, da Pesquisa Pecuária Municipal (PPM) revelam que o estado de Pernambuco foi considerado o nono maior produtor de leite a nível nacional, com uma participação de 3,02% da produção. Já quando consideramos a região Nordeste, o Estado ficou em segundo

¹lucia.munizg@ufpe.br

²ewertonfma@gmail.com

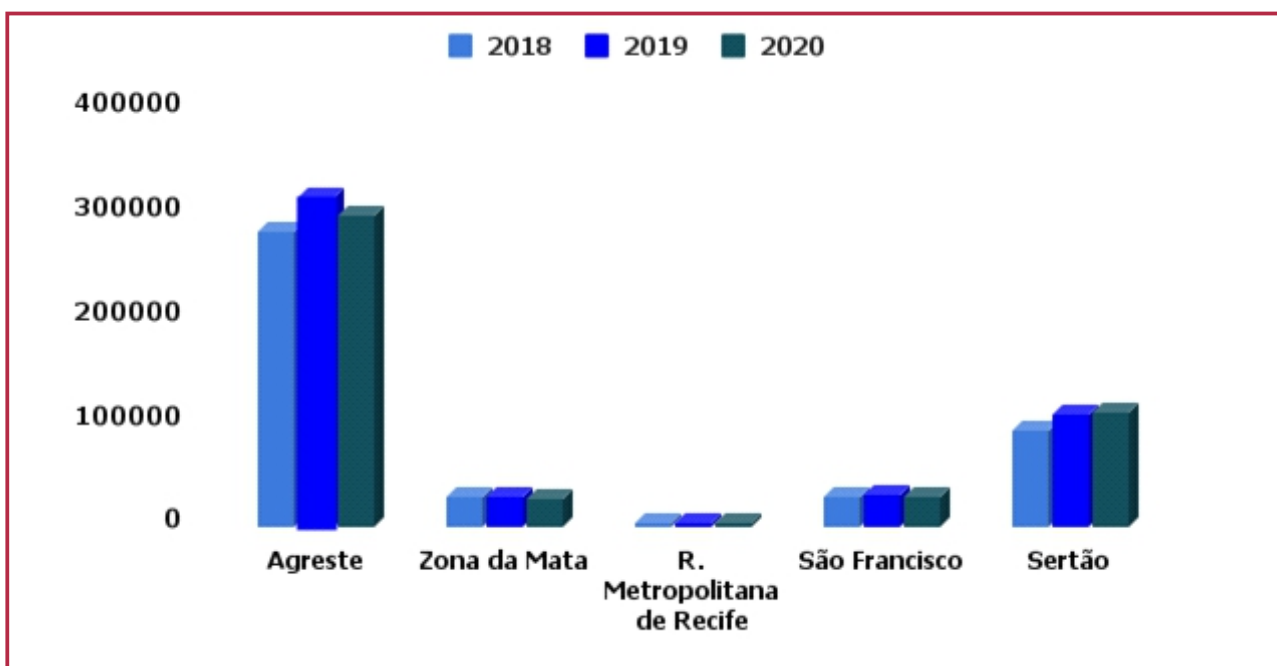
³wellington.charles@ufpe.br

lugar na produção do produto lácteo, tendo participação de 21,76% da produção na Grande Região. (IBGE, 2020).

Em Pernambuco, a cadeia produtiva do leite é a principal atividade para dezenas de municípios do Sertão e, principalmente, do Agreste pernambucano, onde está concentrada a mais importante bacia leiteira do estado (Oliveira et al, 2009).

Nesse aspecto, o comportamento da produtividade leiteira para a mesorregião do Agreste de Pernambuco chama a atenção com seus elevados índices. Em 2016, por exemplo, esse local conduziu mais de 76% da produção do Estado, de acordo com os dados da PPM (IBGE, 2017). Outro dado importante que representa a força da cultura da produção leiteira no agreste pernambucano é a quantidade de vacas ordenhadas nesse local, como podemos visualizar nos dados representados no Gráfico 1, em que podemos notar a disparidade dos dados do Agreste, comparado às outras áreas do Estado.

Gráfico 1
Quantidade de vacas ordenhadas em Pernambuco por mesorregião (2018-2020)

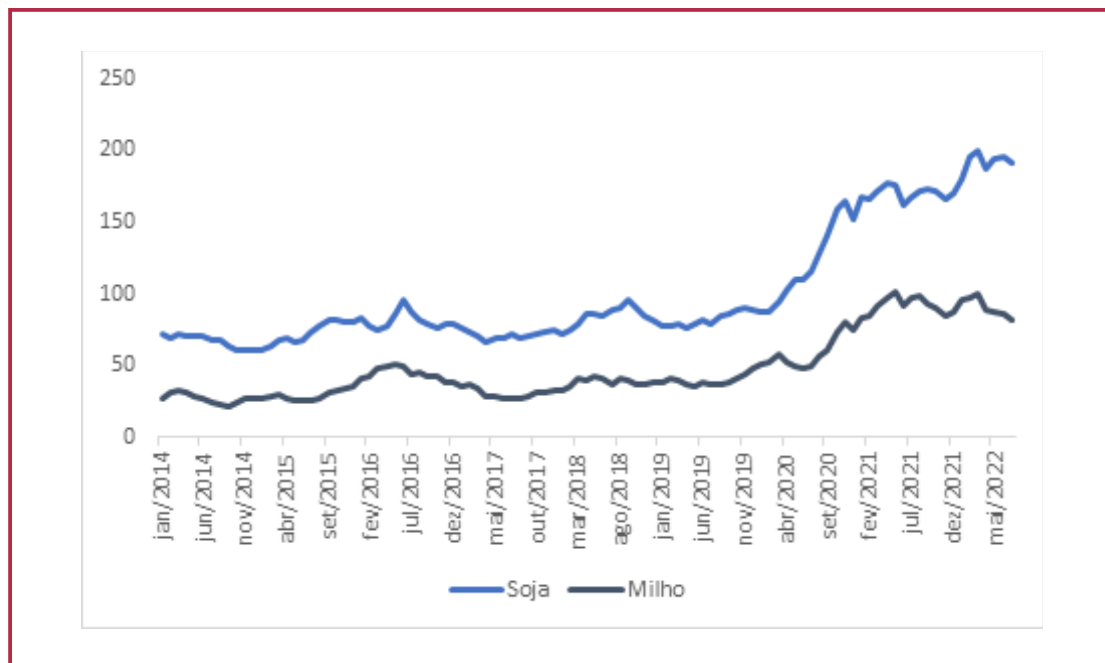


Fonte: Elaboração própria, com base nos dados do IBGE (2022).

Em 2019, de acordo com os dados do IBGE (2020) as cidades que mais produziram leite em Pernambuco estão localizadas no Agreste Meridional do Estado, são elas: Buíque (81 milhões de litros), Itaíba (67 milhões de litros) e Águas Belas (63 milhões de litros). Os dados acima, mostram que a produção leiteira na região do Agreste demonstra ser emergente e conseqüentemente um setor de efervescência para o Estado. Em 2020, assim como em todos os setores, o cenário da produção de leite se alterou devido fortemente à chegada da pandemia do Covid-19, o que modificou as relações sociais e econômicas de todo o mundo. Os desafios na escala produtiva do produto, a elevação dos custos e problemas de abastecimento influenciaram a alta dos preços nos mercados, prejudicando assim, o consumidor final.

A fonte da pressão nos custos dos produtores pode ser mais bem compreendida ao se observar o Gráfico 2, que apresenta a evolução da cotação da soja e do milho, ambos importantes componentes da ração dos bovinos. Nota-se que os preços sofreram forte elevação durante as fases mais agudas da pandemia, com a devolução parcial em meados de 2021, contudo, o recuo nos preços foi interrompido em fevereiro de 2022 com o início do conflito no leste Europeu. Não obstante o arrefecimento das últimas semanas, o preço da soja e do milho no mercado doméstico acumulam respectivamente alta de 114% e 59% quando comparados ao patamar precedente à pandemia, o que vem pressionando as margens dos produtores de leite ao elevarem os custos de produção.

Gráfico 2
Evolução dos preços da Soja e do Milho

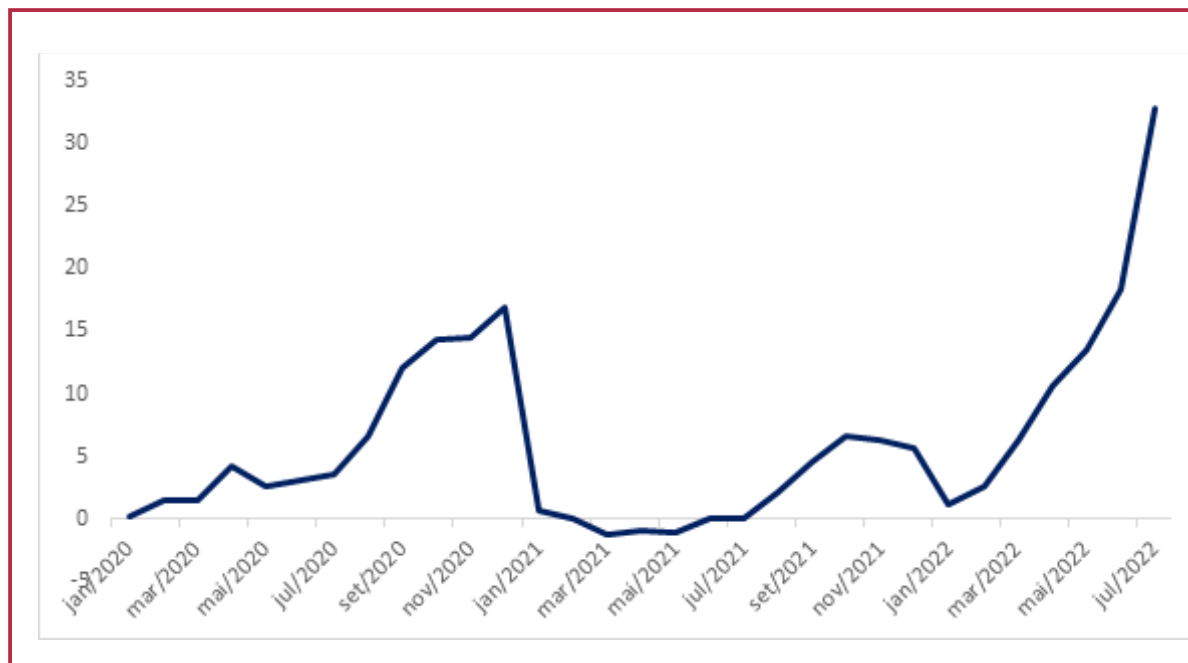


Fonte: Elaboração própria a partir de dados da CEPEA/ESALQ (2022).

Chegando em 2022, com a estabilização da pandemia devido a vacinação, o aumento dos preços do leite não parou. Em períodos de inverno é comum o preço desse bem se elevar, no entanto, o principal motivo desse aumento ainda é a elevação dos custos de produção. De acordo com a Embrapa (2022), mesmo com os preços altos do produto, ainda não é possível cobrir os custos, afetando a rentabilidade nas fazendas e levando o produtor a diminuir a oferta.

Podemos verificar como os fatores externos e a conjuntura econômica mundial influenciou diretamente os preços quando analisamos o IPCA, índice que mede a inflação oficial do país. O item leite e derivados apresentou alterações e elevações bruscas nos últimos 12 meses. Esses dados podem ser visualizados no Gráfico 3.

Gráfico 3
IPCA do item Leites e derivados (agosto de 2021- julho de 2022)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IBGE (2022).

O leite e seus derivados sofreram com os ajustes de preço no mercado, influenciados pela inflação. Os custos altos dos insumos para a produção dos bens estão diretamente relacionados com o que vem acontecendo entre a Rússia e a Ucrânia desde que começou o conflito, já que estes, são exportadores importantes de produtos como cereais e óleos vegetais. Segundo a CEPEA (2022) esse aumento expressivo do IPCA nos últimos meses também pode ser explicado pelo período de entressafra que é quando o clima fica mais seco, prejudicando a qualidade das pastagens e, assim, diminuindo a produção do bem o que consequentemente gera uma menor oferta.

Esses choques causados tanto pelo conflito no leste Europeu, quanto pelas razões climáticas faz com que a inflação acelere e quem sente esse impacto diretamente é o bolso do consumidor. Em um cenário como este, é comum que pecuaristas de pequeno e médio porte, desestimulados pelo aumento dos preços, diminuam seus investimentos na atividade da produção de leite e seus derivados, ou até mesmo saindo do ramo.



Referências

Aleixo, S. S.; Paulino, R. L.; Souza, J. G. As legislações para o setor leiteiro e seus impactos sobre a produção após a abertura comercial no Brasil. **Globalización y desarrollo rural em América Latina**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, p. 59-78, 2003.

BRASIL/Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Mapa do Leite: políticas públicas e privadas para o leite. 2022. Disponível em <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/producao-animal/mapa-do-leite>. Acesso em 11/08/2022.

CEPEA. Preço ao produtor atinge R\$3,19/litro e é recorde da série do CEPEA. 2022. Disponível em <https://www.cepea.esalq.usp.br/br/releases/leite-cepea-preco-ao-produtor-at-tinge-r-3-19-litro-e-e-recorde-da-serie-do-cepea.aspx#:~:text=Este%20expressivo%20aumento%20se%20explica,capacidade%20ociosa%20de%20suas%20plantas>. Acesso em 13/08/2022.

EMBRAPA. Custo de produção do leite aumenta. 2022. Disponível em <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/71895085/custo-de-producao-de-leite-aumenta-62-em-dois-anos-e-especialistas-explicam-as-razoes>. Acesso em 12/08/2022.

IBGE. Pesquisa da Pecuária Municipal. 2017. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9107-producao-da-pecuaria-municipal.html?=&t=downloads>. Acesso 11/08/2022a.

IBGE. Pesquisa da Pecuária Municipal. 2020. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9107-producao-da-pecuaria-municipal.html?=&t=destaques>. Acesso em 11/08/2022b.

Oliveira, A. S. et al. Identificação e quantificação de indicadores-referência de sistemas de produção de leite. **Revista Brasileira de Zootecnia**, v. 36, p. 507–516, 2007.



A Predominância da Bacia Leiteira dos Municípios do Agreste Pernambucano

Marcus Vinícius Alcoforado de Melo (Mestrando em Economia no PPGECON/CAA/UFPE)¹
Danyelle Karine Santos Branco (Doutora em Economia Aplicada. Professora NG/CAA/UFPE)²

O Brasil é um dos maiores produtores de leite do mundo. Ocupando a terceira posição como produtor mundial. Produz mais de 34 bilhões de litros por ano, com produção em 98% dos municípios, predominando os pequenos e médios produtores. O país conta com mais de 1 milhão de propriedades produtoras de leite, que empregam aproximadamente 4 milhões de pessoas (BRASIL, 2022). Assim, a cadeia produtiva do leite e derivados desempenha um papel relevante na geração de renda e empregos, e no suprimento de alimentos para a população brasileira.

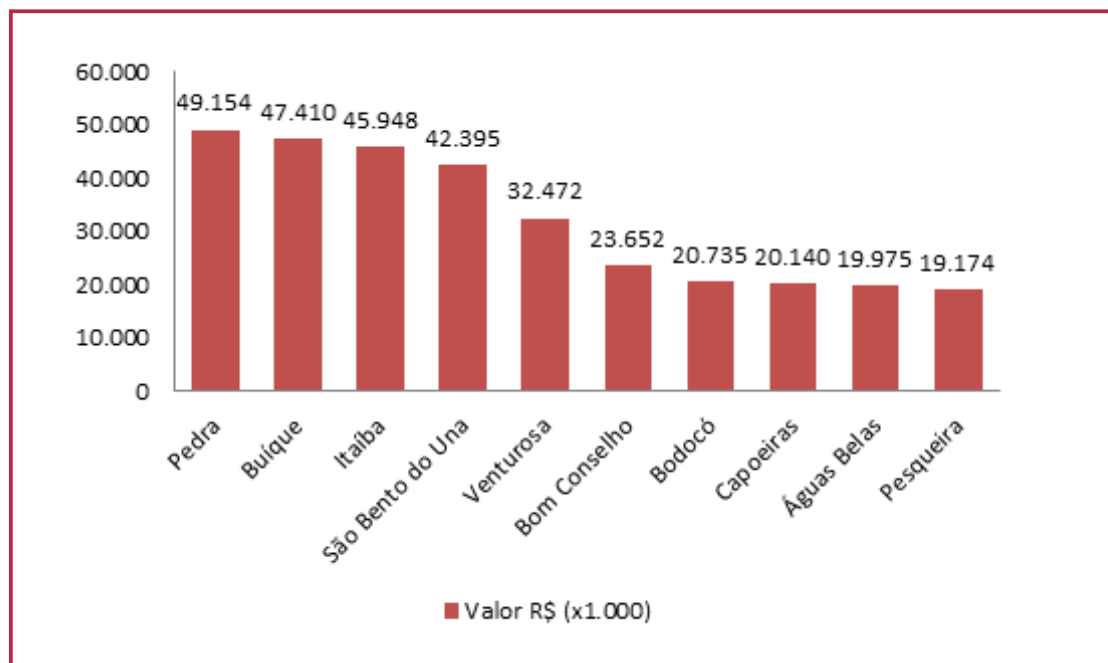
O Estado de Pernambuco se destaca como segundo maior produtor de leite da Região Nordeste. No primeiro trimestre de 2022 já foram produzidos mais de 73 mil litros de leite e é na Mesorregião do Agreste Pernambucano que estão os municípios que se destacam na produção. De acordo com o Censo Agropecuário 2017 (IBGE/Censo Agropecuário 2017), entre os dez maiores produtores de leite (em valor) do Estado, nove estão localizados no Agreste: Pedra, Buíque, Itaíba, São Bento do Una, Venturosa, Bom Conselho, Capoeiras, Águas Belas e Pesqueira. Esses municípios produziram o equivalente a 47,25% da produção leiteira do Estado. Ao olhar para a produção do Agreste como todo, tem-se o equivalente a 75% da produção. A Figura 1 mostra os dez municípios pernambucanos com maior valor na produção leiteira.

¹marcus.alcoforado@ufpe.br

²danyelle.branco@ufpe.br

Figura 1

Municípios pernambucanos com maior valor na produção leiteira (R\$)



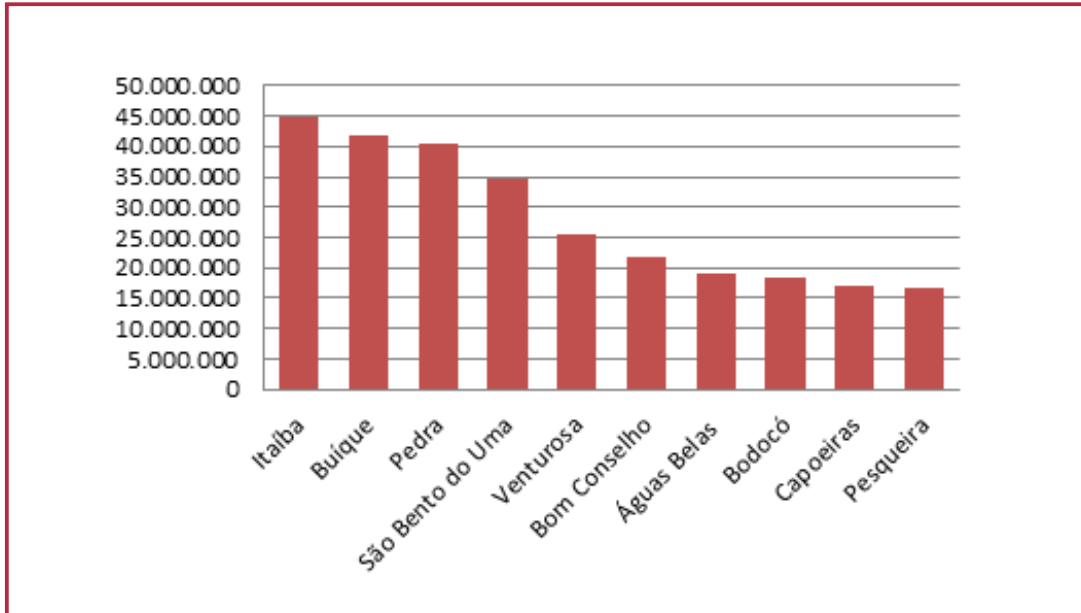
Fonte: IBGE/Censo Agropecuário 2017.

Tão importante quanto o valor obtido com a produção é o controle dos custos e das receitas. Dada a complexidade da pecuária leiteira, o controle de tais variáveis são ferramentas auxiliares para o produtor de leite, uma vez que, possibilita avaliar as diferentes tecnologias disponíveis e identificar alternativas e sistemas de produção adequados, possibilitando assim, a viabilidade da propriedade.

Analisando a quantidade produzida de leite (em litros), pode-se observar na Figura 2 os maiores produtores de leite (em litros) de Pernambuco, e verificar que os municípios do Agreste permanecem em posição de destaque. No entanto, municípios que apresentam maior produção em quantidade não necessariamente são os que conseguem obter maior valor em produção, por exemplo, o município de Pedra é o terceiro maior produtor de leite em litros, mas o primeiro em valor de produção, enquanto o município de Águas Belas é o nono em valor, mas o sétimo em quantidade de litros produzida. Existem produtores especializados que investem em tecnologia, obtêm ganhos de escala e produzem com melhor qualidade, recebendo melhor remuneração pelo produto. Enquanto o Município de Pedra vende um litro de leite ao preço de R\$ 1,22, no município de Itaíba é cobrado um valor médio de R\$ 1,02.



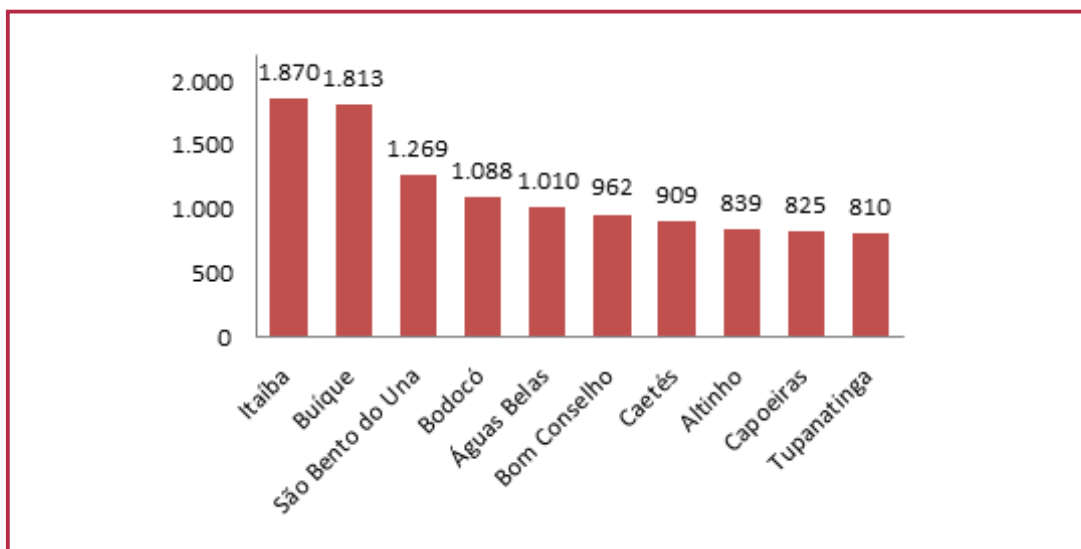
Figura 2
Municípios pernambucanos com maior produção de leite (litros)



Fonte: IBGE/Censo Agropecuário 2017.

Ainda com base no Censo Agropecuário 2017, pode-se analisar a variação no número de estabelecimentos produtores de leite. Quase todos os municípios do estado de Pernambuco produzem leite em alguma escala, com exceção de Fernando de Noronha, Olinda, Ipojuca, Joaquim Nabuco e Palmares. Porém, existe uma variação considerável no número de estabelecimentos produtores por município. A Figura 3 mostra os municípios com maior número de estabelecimentos produtores de leite. Novamente podemos observar o destaque dos municípios do Agreste Pernambucano, onde somente Bodocó não está localizado na Mesorregião.

Figura 3
Municípios pernambucanos com maior número de estabelecimentos produtores de leite

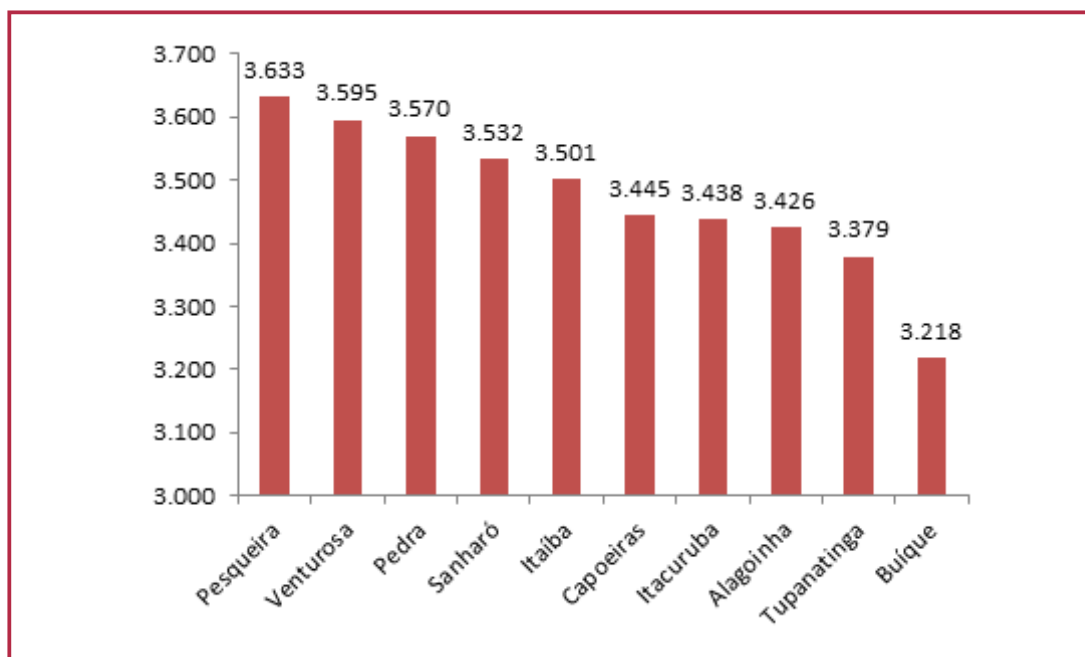


Fonte: IBGE/Censo Agropecuário 2017.

Ainda na Figura 3, observa-se que o município de Itaíba se sobressai com mais de 1.800 estabelecimentos produzindo leite, dos quais aproximadamente 92% são estabelecimentos de agricultura familiar. A agricultura familiar também predomina nos outros municípios, representando em média 90% dos estabelecimentos agropecuários produtores de leite de vaca. Esses dados demonstram a relevância da pecuária leiteira para a mesorregião na geração de emprego e renda. A produção leiteira tem grande importância na estruturação das unidades familiares, não apenas pela capacidade de ocupação de mão de obra, mas pela oportunidade de renda com a venda de leite e de animais (Altafin et al., 2011). Além disso, pode ter papel relevante na fixação do homem no campo, contribuindo para reduzir a migração rural-urbana (Gomes, 2008).

Em relação a produtividade, a Figura 4 mostra os municípios pernambucanos com maior produtividade média, obtida pela divisão entre a quantidade em litros por vaca ordenhada. Todos os municípios, com exceção de Itacuruba, pertencem a mesorregião do Agreste pernambucano. Uma observação importante é que os dois municípios mais produtivos, Pesqueira e Venturosa, aparecem somente como décimo e quinto colocados, respectivamente, tanto em valor de produção como em quantidade em produzida em litros. No entanto, os valores apresentados pelos municípios do Agreste são inferiores comparados aos produtores do Rio Grande do Sul, os mais produtivos do país (com média vaca/ano) é de 4.258 litros. Porém, a produtividade dos municípios da Mesorregião é maior do que a de Minas Gerais, o maior produtor de leite do Brasil, com média anual de 2.949 litros por vaca.

Figura 4
Municípios pernambucanos com maior produtividade média (litro/vaca/ano)



Fonte: IBGE/Censo Agropecuário 2017.



Considerando o fato de que a margem de lucro é bem justa no setor, o aumento da produtividade nas fazendas leiteiras é essencial para melhorar a margem de lucro. Entre as ações que podem favorecer o ganho de produtividade, tem-se o acesso à assistência técnica profissional e continuada que pode ajudar os produtores na tomada de decisão sobre adoção de tecnologias, por exemplo. Por serem cada vez mais complexas e sofisticadas, as tecnologias exigem assistência técnica para seu uso adequado e para o progresso de produtores de qualquer escala, principalmente para os pequenos e médios produtores, notadamente aqueles com escolaridade reduzida, menor acesso à informação e ao conhecimento técnico (Leite et. al., 2022). De acordo com Zoccal et. al. (2005), a falta de capacitação dos produtores e assistência técnica afetam o desempenho econômico da propriedade. Assim, a competitividade do mercado pode levar à eliminação dos produtores menos eficientes, principalmente os familiares e pequenos produtores. Logo, é necessário a integração entre o conhecimento prático e científico, com o objetivo de implementar estratégias que possam tornar viável a exploração leiteira em todas as propriedades.

Referências

Altafin, I.; Pinheiro, M. E. F.; Valone, G. V.; Gregolin, A. C. Produção familiar de leite no Brasil: um estudo sobre os assentamentos de reforma agrária no município de Unaí (MG). Revista UNI, p.31-49, 2011.

BRASIL/Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), 2022.

Gomes, S. T. Diagnóstico da produção de leite do estado de Pernambuco: relatório de pesquisa. Recife, 130 p, 2008.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)/ Censo Agropecuário 2017. Disponível em https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/index.html. Acesso em 10/08/2022.

Leite, J. L. B.; Stock, L. A.; Ruback, B. O que vem mudando na produção de leite no Brasil? Embrapa, 2022. Disponível em <http://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/handle/doc/1143339>. Acesso em 10/08/2022.

Zoccal, R.; Souza, A. D.; Gomes, A. T. Produção de leite na agricultura familiar. Juiz de Fora, Embrapa Gado de Leite, 2005.



É de inteira responsabilidade do(s) autor(es) desta edição do Boletim os conceitos e opiniões emitidos, não refletindo necessariamente a opinião da Comissão de Estudos Econômicos e do Conselho Editorial do Observatório Econômico do Corecon-PE.



Presidente: André Lima de Morais

Vice-Presidente: Poema Isis Andrade de Souza

Conselheiros Efetivos: Ademir Pedro Vilaça Junior
André Lima de Morais
Diógenes Sócrates Robespierre de Sá
Keynis Cândido de Souto
Monaliza de Oliveira Ferreira
Poema Isis Andrade de Souza
Priscila Michelle Rodrigues Freitas
Rafael Ramos da Conceição Moura

Conselheiros Suplentes: Adelson Santos da Silva
Fábio José Ferreira da Silva
José Farias Gomes Filho
Maria do Socorro Macedo Coelho Lima
Paulo Roberto de Magalhães Guedes
Rosiane Ferreira de Andrade
Sandro Virgílio Prado Ribeiro
Severino Ferreira da Silva

Conselheiro Federal: Fernando de Aquino Fonseca Neto

Conselheira Federal Suplente: Ana Cláudia de Albuquerque Arruda Laprovitera

Gerente Executiva: Rayssa Kelly Melo das Mercês

Comitê Editorial: André Lima de Morais
Fábio José Ferreira da Silva
Keynis Cândido de Souto
Maria do Socorro Macedo Coelho Lima
Monaliza de Oliveira Ferreira
Poema Isis Andrade de Souza
Rafael Ramos da Conceição Moura

Projeto Gráfico: Priscila Correia de Moura

Correspondência: Corecon/PE - Rua do Riachuelo, 105 - sala 212.
Ed. Círculo Católico - Boa Vista - Recife, PE.
CEP: 50.050-400
Tels.: 81 3039-8842 | 3221-2473 | 99985-8433

coreconpe@coreconpe.gov.br
www.coreconpe.gov.br

Boletim produzido em parceria entre
o **Corecon-PE** e a **UFPE/CAA**



/CoreconPE



@PECorecon



/corecon.pe